anuário antropológico

v. 47 • nº 3 • setembro-dezembro • 2022.3

Busto Miramontes, Beatriz. 2021. Um país a la gallega. Galiza no NO-DO franquista. Santiago de Compostela: Através Editora. 168 p.

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.10188

Micaela Altamirano

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo

ORCID: 0000-0003-0340-1179

micaela.alt@gmail.com

Doutoranda em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em cotutela com Estudos Culturais na Universidade do Minho (UMinho). Membra do Centro de Pesquisas Sociossemióticas (CPS-PUC) e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS-UMinho).

O ensaio da antropóloga e musicóloga galega dedica-se a investigar os processos de construção, invenção e representação cultural que elaboram uma narrativa estereotipada da Galiza, comunidade autônoma da Espanha, baseada no uso de elementos culturais no NO-DO (acrônimo de Noticiário Documentário) da ditadura franquista (1939-1976). A análise constata que esse discurso de representação subalterna se mantém ativo por meio de estereótipos alimentados em benefício do turismo de massas e produz um custo cultural na comunidade local, impactando sua construção identitária e atuando no controle dos corpos, especialmente do corpo feminino.

A obra foi publicada em 2021 pela Através Editora, selo editorial da Associaçom Galega da Língua (AGAL), e reconhecida em 2022 como melhor ensaio na 7ª edição dos prêmios concedidos pelas Asociación de Escritoras/es en Lingua Galega, Asociación Galega de Editoras e Federación de Librarías de Galicia. Deriva da pesquisa desenvolvida na tese doutoral da autora *La Galicia proyectada por NO-DO. La arquitectura del estereotipo musical a partir del uso del folclore musical (1943-1981)*, defendida em 2016 na Universidade Autónoma de Madrid. Possui 165 páginas e está dividida em seis capítulos, com o prólogo escrito por Elias José Torres Feijó, coordenador da Rede Galabra de investigadores, além de um capítulo de introdução.

Já na introdução, a autora afirma a posição de agregar à pesquisa sua experiência pessoal, especialmente ao apresentar o relato do momento em que migra da Galiza com destino a Madrid para o ingresso na universidade, quando, ao perceber que recaía sobre si – galega – o olhar estereotipado do "outro" – madrileno – decidiu apropriar-se do estereótipo e performar-se "mil vezes mais 'galaica'" (p. 24), afirmando uma diferença que não deseja ser assimilada ou puramente tolerada. Esse posicionamento anuncia o tom a partir do qual se desenvolvem os demais capítulos. Tratando-se de um ensaio, distancia-se das premissas positivistas do contexto acadêmico e assume um lugar de escrita "posicionado, encarnado e subjetivo" – aliado ao tom irônico – de alguém que, durante o exercício investigativo, viveu um processo de auto(re)conhecimento e autoetnografia.

No primeiro capítulo é apresentado o processo de criação e estruturação do organismo NO-DO, implementado para controlar, produzir e reproduzir a informação que chegava à população, e o modo como se articulou um imobilismo paralelamente a um continuísmo durante seus 34 anos de projeção obrigatória em todos os cinemas do território espanhol (incluídos os territórios então colonizados). Um equilíbrio entre a mudança e a imutabilidade necessário à sua sobrevivência por longas décadas, assim como o era à sobrevivência e manutenção do regime, como observa a autora.

No Capítulo 2, é resgatado brevemente o processo histórico que levou ao golpe de estado e culminou na guerra civil, cessada em 1939, quando se constituiu um novo modelo de estado cujo poder passaria a estar centrado na figura do governante e ditador, o general Francisco Franco. A partir daí se iniciou um processo caracterizado por algumas estratégias descritas pela autora: a subordinação das culturas periféricas e seus idiomas ao modelo espanholista (castelhanista); uma educação baseada no ultracatolicismo (modelo moral e religioso único); e a submissão das mulheres à absoluta dominação.

No Capítulo 3 são analisados alguns trechos do NO-DO, principalmente da

década de 1940, durante o Período Nacional Sindicalista, quando se inicia no país uma campanha de descrédito à comunidade internacional e a legitimação política do próprio regime e da figura de Franco. Começa aí o uso do folclore a serviço do aparelho do Estado para a legitimação do poder, a partir do que a autora denomina três subusos ou subexercícios: a serviço dos atos institucionais; como ferramenta diplomática internacional; e a serviço das macrocerimônias rituais franquistas. A antropóloga deflagra um exercício de violência simbólica por meio da manipulação dos elementos que constituem a linguagem das produções audiovisuais, ao confrontar a realidade produzida nas imagens com documentos e depoimentos. Destaca também o papel da Secção Feminina e as mulheres do *Coros y Danzas*, instâncias que atuaram decisivamente para tornar o folclore uma embaixada política do franquismo e exerceram um papel importante nas relações de dominação de gênero e ressignificação dos corpos.

No quarto capítulo é desenvolvida uma análise sobre o documentário *Galicia y sus gentes. Ayer e hoy de las tierras meigas*, de 1951, e desvelado o modo como o documentalismo no NO-DO se torna um poderoso processo de representação cultural que resulta na definição da cultura enquanto "estampas" folclóricas. No caso da Galiza, lhe é atribuída uma posição de feminização diante de uma Espanha "histórica, valente, imperial, conquistadora, guerreira, justa, grande e unida; masculina, enfim" (p. 127). Nessa perspectiva, o galego seria como um protótipo cultural, apropriado aos valores que o franquismo pretendia adequados para todos e, sobretudo, para todas: humildade, laboriosidade, cristianismo, obediência, submissão e silêncio. O *galaiquismo* – termo cunhado pela autora com base nas diretrizes propostas por Edward W. Said sobre o *orientalismo* – seria precisamente esse discurso que nasce do olhar espanholista do franquismo sobre uma Galiza inventada, subalterna, exotizada e essencializada. A autora defende que a produção desse discurso se dá no âmbito de um *colonialismo interno*, apropriando-se do conceito postulado pelo sociólogo Pablo González Casanova, em que a metrópole, Madrid, exercia um controle político, econômico, social e moral em relação aos territórios periféricos que alardeavam passados "separatistas", como a Galiza. Este capítulo é apontado como o mais importante, por se referir ao modo como a Galiza é definida no NO-DO. Neste ponto, a antropóloga dialoga com o que a teórica e ativista Ochy Curiel denomina *antropologia da dominação*, ao desvelar os modos como lugares de poder e de dominação atribuem a posição de "outro" a certos grupos sociais.

Os capítulos finais dedicam-se ao modo como os estereótipos passam a ser reproduzidos e, assim, forjam uma identidade coletiva. O Capítulo 5 descreve a criação do mito do país *a la gallega* e o processo de mercantilização folclorista que vai até o final do regime. Por meio da análise de trechos do NO-DO a partir dos anos 1960, a autora evidencia sua transformação em uma plataforma de promoção turística de enorme relevância. Em um contexto em que o turismo passa a ser naturalizado como produto de consumo, as culturas são derivadas para o folclorismo a ponto de se tornarem *souvenirs*. A noção de cultura que se adquire deriva de uma conversão em produtos comerciais empobrecidos em um cenário em que todos os territórios passam a ser caracterizados "regionais" e as comuni-

dades locais a integrar o estereótipo de si mesmas, convencidas de que os *souvenirs* eram realmente delas e eram rentáveis.

No capítulo final vemos exemplos que explicitam que o folclorismo estereotipado continua profundamente vivo e, além de tudo, profundamente rentável, sendo reproduzido em diversos tipos de discurso atualmente nos meios de comunicação, peças publicitárias e até nas encenações teatrais, dentro e fora do país. Busto Miramontes, ao refletir sobre os padrões que reproduzia em sua própria prática e com seu próprio corpo, expõe que a música tradicional, mesmo de forma inconsciente, assumiu claros elementos de folclorização, seguindo modelos fechados em sua execução, convertendo uma tradição musical viva e circulante pela comunidade em folclore nas mãos de elites que o aprendem na escola. Reduziu-se, assim, a "curiosidade regional", desprovida de todo capital simbólico. Com isso, alerta que tal afastamento da participação livre das comunidades – que não participam porque não "sabem" reproduzir o "padrão" – pode levar a uma morte lenta da tradição.

O livro traz discussões de significativa relevância no contexto contemporâneo ao abordar temáticas que atravessam a experiência de grupos e sociedades subalternizadas, destrinchando estratégias do poder que se mantêm quase ocultas e se reproduzem em silêncio, forjando subjetividades e valores que se infiltram na tradição cultural e tornam-se produtos que alimentam o consumo predatório. Lança luz sobre a importância da autonomia das comunidades na gestão de seu patrimônio e na garantia de sua continuidade no tempo, de forma dinâmica e livre de coerções produzidas pelo poder. Insere-se, assim, num debate interdisciplinar, ao discutir com profundidade e comprometimento fenômenos que articulam questões caras não só à Antropologia, mas a áreas como a Comunicação e os Estudos Culturais.

Busto Miramontes integra uma epstemologia feminista e faz o exercício da *antropologia da dominação* a partir da posição de dupla subalternidade da mulher – como deflagrou Gayatri Spivak. Deste modo, constrói pontes de diálogo com outras experiências de subalternidade, sem negligenciar suas diferenças. Sintetiza importantes bases para os estudos sobre as formas de colonialidade e o protagonismo do corpo na articulação destes processos. O fato de ser uma publicação em língua portuguesa reforça a possibilidade de diálogo com experiências relatadas desde o Sul global, especialmente com contextos como o brasileiro e o de outros países falantes da língua.

Nas páginas finais, encontramos uma reflexão de fundamental relevância: o alerta de que a negação do estereótipo construído por meio da representação subalterna não ajudaria a superá-lo e ainda impossibilitaria a realização do exercício que propõe a autora, de desconfiarmos daquilo que se naturaliza, pois diante do que "é natural" não há mudança nem futuro possíveis. Afirma que sem essa desconfiança, corremos o risco de esquecer que a cultura não "é", mas vai se construindo continuamente. Exercício vital e para o qual sua obra contribui sagazmente.

Recebido em 10/08/2022
Aprovado para publicação em 03/10/2022 pela editora Kelly Silva